

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS 2021

ANO BASE 2020



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTIC PÚBLICAS	
1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	5
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	6
3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS POLÍTICAS PÚBLICAS	
4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	11
6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	12
6.1. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	12
6.2. DESEMPENHO FINANCEIRO	14
6.3. INFRAESTRUTURA	20
6.4. OPERAÇÕES LOGÍSTICAS	24
6.5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA	26
6.6. RELAÇÃO PORTO-CIDADE	30
6.7. GOVERNANÇA CORPORATIVA	35
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	36
7.1. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS:	38
8. MAPEAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	40
9. REMUNERAÇÃO	
10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	41
GOVERNANÇA CORPORATIVA	42
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	42
2 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	43
3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE DESEMPENHO E ATENDIMENTO DAS METAS E RESULTADOS	
4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	46
5 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISO	
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	



AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade ao art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Governança Corporativa e Políticas Públicas referente ao exercício social de 2020.

3

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 44.837.524/0001-07 **NIRE:** 35300008448

Sede: Santos / SP

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade por Ações

Tipo de capital: Capital fechado

Abrangência de atuação: local/regional/nacional/internacional

Setor de atuação: Administração da infraestrutura portuária

Diretor de Administração e Finanças: Marcus dos Santos Mingoni

Telefone: 13 3202-6565 / E-mail: mmingoni@brssz.com

Auditores Independentes atuais da empresa: Russell Bedford

Telefone: (11) 3313-3509; (11) 4007-1219

E-mails: saopaulo@russellbedford.com.br

Sítio eletrônico: https://russellbedford.com.br/#



ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fabio Lavor Teixeira – Conselheiro de Administração;

Charles Laganá Putz – Conselheiro de Administração;

Fabio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho – Conselheiro de Administração;

Sidney Antonio Verde – Conselheiro de Administração;

Sítio eletrônico: www.portodesantos.com.br

Data de divulgação: 13/05/2021





POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explanação dos compromissos de consecução de objetivos e de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para sua respectiva criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

A Autoridade Portuária de Santos S.A. ("Santos Port Authority" doravante, "SPA") tendo por base as melhores práticas de governança e transparência, com foco em elevar o nível dos serviços prestados e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente, apresenta o relato das ações executadas, metas alcançadas, gastos incorridos, resultados econômicos e sociais obtidos e riscos envolvidos, entre outras informações relevantes, que refletem a melhoria da gestão da Companhia no exercício de 2020.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Autoridade Portuária de Santos S.A é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo parte integrante da administração indireta da União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), regendo-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013; pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis, e, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, tendo por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, o maior e mais importante porto nacional, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo MInfra, ao qual se vincula.

Conforme estabelecido no artigo 2º do Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980 e em seu Estatuto Social, a companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos em alinhamento com os objetivos, políticas públicas e programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor portuário, como o Plano Estratégico do MInfra, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).





2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A SPA atua no setor portuário exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos da Lei nº 12.815/13, que preceitua, em seu artigo 17, que a administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

As atividades realizadas pela Companhia objetivam atender as políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme previsto no Estatuto Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

I. Prover Infraestrutura:

- a. mediante a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- b. fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- c. promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e
- d. promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.

II. Organizar atividade portuária:

- a. autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- d. estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente: e







e. estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.

III. Promover a fiscalização:

- a. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("Antaq"), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e
- c. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.
- IV. Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias:
 - a. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o
 Plano de Desenvolvimento e Zoneamento PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
 - explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente;
 - c. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013; e
 - d. arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

V. Outras funções:

- a. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- b. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;
- c. zelar pela segurança das operações portuárias;
- d. comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e





e. coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho.

Parágrafo único. O disposto nas alíneas b e c do inciso II não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

A SPA tem como missão desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Apoiada em seus valores internos - ética e transparência, valorização da marca e dos colaboradores e comprometimento com o negócio-, a Companhia visa ser a Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos além de o maior, o melhor porto da América Latina.

3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante 2020, a SPA executou o Plano Estratégico 2019-2023, reforçando o compromisso de ser uma Companhia focada em oferecer serviços e infraestrutura eficientes aos clientes e usuários, apoiando o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, de forma ética e transparente e comprometida com o negócio.

Em atendimento ao artigo 23 da Lei nº13.303/16, bem como em virtude da definição de novas diretrizes definidas pela atual gestão da Companhia, alinhadas às mudanças propostas pelo Governo Federal, o Conselho de Administração aprovou, em 29/05/2020, a atualização do Mapa Estratégico ciclo 2019-2023, que apresenta um conjunto de estratégias definidas em 3 (três) eixos de atuação e desdobradas em 58 iniciativas estratégicas.

Em nível macro, os objetivos do ciclo 2019-2023 estão expressos no Mapa Estratégico da SPA:



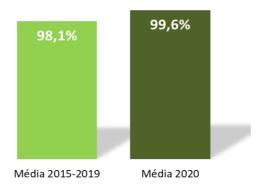
MERCADO E INFRAESTRUTURA	INTRACORPORAÇÃO	DESESTATIZAÇÃO
Ampliar as receitas e geração de fluxo de caixa, buscando reduzir os aportes do tesouro nacional em investimentos.	Desenvolver cultura de governança, integridade e transparência.	Garantir a qualidade e acuracidade das informações relevantes para a desestatização
Ser a primeira opção para operação portuária, alinhada à logística 4.0.	Promover a transformação digital e a desburocratização dos processos internos de negócio.	Garantir a regularização fundiária e a mitigação de passivos e contingências.
Prover atendimento às demandas por infraestrutura aquaviária e terrestre.	Garantir um ambiente empresarial meritocrático, otimizado, capacitado e com	
Ser referência em sustentabilidade ambiental, segurança pública portuária e relação porto-cidade.	foco em resultados.	

Os objetivos do exercício, em nível micro, são atrelados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva por meio do Honorário Variável Mensal (HVM), definidos pela Secretaria Nacional e Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MInfra), e divididos em 7 categorias:

- Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário;
- Ações de Gestão Logística e de Operações;
- Ações de Gestão Patrimonial;
- Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira;
- Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas;
- Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade;
- Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.



Percentual de Cumprimento das Metas de Gestão (HVM)



O comprometimento da Diretoria Executiva na consecução das ações para a Companhia resultou na média anual de 99,6% no cumprimento das metas de gestão de 2020.

Com o objetivo de vincular as metas de gestão trimestrais ao Plano Estratégico da SPA, a partir do 3º trimestre de 2020 a SNPTA/MInfra recomendou a inclusão de metas adicionais pelo Conselho de Administração (Consad) ao Programa do Honorário Variável Mensal.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atividades desenvolvidas pela SPA são custeadas com recursos próprios, advindos de: (i) receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas; (ii) receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área; (iii) receitas de outorgas com leilões de arrendamentos; (iv) receitas de aplicações financeiras.

Para os investimentos em infraestrutura, além dos recursos próprios da SPA, são utilizados fundos da União, por meio de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, com autorização em lei específica e contabilizados como créditos para futuro aumento de capital para a execução de investimentos de grande porte (projetos específicos e obras de infraestrutura).

Considerando a significativa evolução econômico-financeira construída a partir de 2019, que ensejou resultados consistentes e que demonstram a clara capacidade da SPA na geração de caixa operacional de forma sustentável e suficiente para fazer frente a todos os seus dispêndios e às necessidades de ações de investimentos previstas para os próximos exercícios, a atual gestão da SPA submeterá à União pedido para abdicar do recebimento de recursos do Tesouro Nacional para a execução orçamentária de investimentos, que poderá ser realizada com recursos próprios da Companhia.



5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução orçamentária dos investimentos em infraestrutura realizada em 2020 foi de somente 0,84%, conforme justificativas apresentadas para cada ação cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) no item "Execução Orçamentária por Ação de Investimento". A Administração da SPA reconhece a importância de reverter rapidamente o cenário de baixa execução orçamentária de investimentos. Mesmo diante de fatores exógenos e que, muitas vezes, fogem ao controle da SPA, como licenciamentos ambientais, desapropriações, judicializações e até falência das subcontratadas, bem como entraves inerentes aos aspectos burocráticos da administração pública, a Companhia está ciente da necessidade de encontrar caminhos que viabilizem a realização dos investimentos necessários para a manutenção e expansão das infraestruturas portuárias no longo prazo.

Nesse sentido, estão sendo revisitadas todas as ações de investimento previstas, para readequação de prioridades e avaliação mais realista da exequibilidade físico-financeira das ações de investimento previstas no OI. Foi designado um grupo de trabalho multidisciplinar, com acompanhamento do escritório de projetos, visando aprimorar a gestão e governança para que seja perseguido com maior foco a execução orçamentária dos investimentos a partir de 2021.

Em que pese a baixa execução pela SPA nos investimentos previstos, a Companhia tem empreendido esforços e logrado êxito ao atuar em parceria com os terminais e demais agentes privados que atuam no Porto de Santos, viabilizando com agilidade e eficiência a execução de investimentos relevantes em áreas comuns do Porto, ou seja, fora da área arrendada dos terminais. Entre as obras em curso e previstas para os próximos anos são R\$ 2,3 bilhões de investimentos sendo realizados. Também estão sendo desenvolvidos estudos para inclusão de investimentos importantes nas infraestruturas de acesso terrestre rodoferroviário de forma que sejam incorporadas no escopo das novas concessões e leilões de áreas portuárias.



6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O ano de 2020 foi um dos mais memoráveis para a SPA e para o Porto de Santos que, mesmo diante de um cenário desafiador instituído pela pandemia da covid-19, bateu recordes de movimentação, não somente em decorrência do agronegócio e do câmbio favorável, mas, também, pelo fato da gestão ter instituído um aprimorado modelo de governança, além de ter estabelecido uma nova relação comercial, operacional e fiscalizatória junto aos clientes.

6.1. Movimentação de Cargas

No ano de 2020, apesar dos desafios impostos pelo enfrentamento de uma pandemia inédita e que afetou o comércio exterior, o Porto de Santos alcançou o patamar de 146,6 milhões de toneladas movimentadas, estabelecendo a maior marca de movimentação já registrada no Complexo Portuário ao superar em 9,4% o resultado observado em 2019, conforme ilustrado na figura abaixo.

MOVIMENTAÇÃO ANUAL (MILHÕES DE TONELADAS)



Movimentação anual do Complexo Portuário de Santos entre 2015 e 2020.

No cenário internacional, o agravamento dos casos da Covid-19 ao redor do globo no primeiro trimestre de 2020 impôs à logística mundial uma série de restrições que, aliados aos efeitos recessivos sobre o nível de atividade da economia global, trouxeram diversos desafios à concretização das projeções realizadas no contexto prépandemia e que, de modo geral, indicavam otimismo quanto ao comércio internacional em 2020.

No cenário nacional, também refletiram negativamente nos indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores, levando ao fechamento de empresas e ao aumento do desemprego. O impacto fiscal do auxílio emergencial em um contexto de queda da arrecadação, associado à opção do Banco Central de adotar uma agressiva política de redução da taxa referencial de juros e às dificuldades no andamento das reformas administrativa e tributária, provocaram uma forte desvalorização do real frente ao dólar.

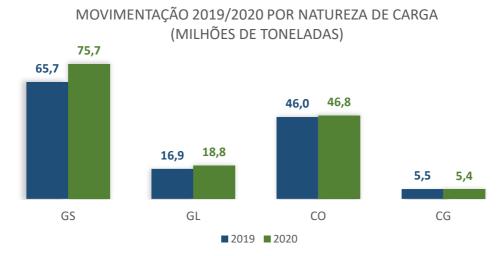




Analisando os dados de movimentação de 2020, ilustrados na figura abaixo, observase que, por outro lado, os sólidos a granel apresentaram crescimento de mais de 15% frente ao valor registrado em 2019, refletindo principalmente o desempenho positivo do açúcar e demais granéis sólidos de exportação. Em linhas gerais, a expansão observada para os granéis sólidos vegetais no sentido de exportação, foi impulsionada tanto pelo fator de demanda (majoritariamente efeito do câmbio e aumento de estoques dos países asiáticos) e de oferta (aumento, tanto na safra de grãos de exportação quanto na produção recorde de açúcar – diminuição da disponibilidade para produção de etanol).

Em linha com o bom desempenho observado nas *commodities* agrícolas, os líquidos a granel também apresentaram alta de mais de 11% em relação a 2019, totalizando o volume de cerca de 19 milhões de toneladas. Destaque por conta dos maiores volumes operados de combustíveis: óleo combustível, com 2,2 milhões de toneladas (alta de 85%); óleo diesel, com 4,7 milhões de toneladas (alta de 23%) e álcool, com 1,1 milhão de tonelada (alta de 17%).

Os reflexos do cenário de desaceleração do nível de atividade nacional e global, diferentemente do cenário considerado para as *commodities* foram observados com a redução na movimentação das cargas conteinerizadas no início do segundo trimestre de 2020. Entretanto, a significativa retomada da movimentação de contêineres no segundo semestre permitiu que o Porto de Santos registrasse novo recorde histórico na movimentação para esse perfil de carga, totalizando 46,8 milhões de toneladas, ou 4,2 milhões de TEU.



Movimentação anual do Complexo Portuário em 2020 segmentado por natureza de carga.





6.2. Desempenho Financeiro

A SPA encerrou o ano de 2020 com lucro líquido recorde de R\$ 202,5 milhões, sendo 132% superior a 2019 que fechou em R\$ 87,3 milhões (antes dos ajustes de exercícios anteriores). Esse excelente resultado reflete o forte crescimento nas receitas (+15,0%) e a continuidade de ações de austeridade e racionalização de gastos.

Resultado do Exercício

Em RS mil

Item	2020	2019	Variação
Receita Operacional Líquida (Tarifária + Patrimonial)	1.113.289	967.791	15,0%
Dispêndios Correntes / Outras	-725.224	-767.321	-5,5%
Resultado Financeiro (Receita - Despesa)	-30.725	-21.451	43,2%
Impostos sobre Lucro (Imposto de Renda e Contrib. Social	-154.857	-91.731	68,8%
Resultado Líquido do Exercício Antes dos Ajustes de Exercícios Anteriores	202.483	87.287	132,0%
Resultado de Exercícios Anteriores*	0	-75.767	-100,0%
Resultado Líquido Final	202.483	11.521	-

^{*}Ajustes de Exercícios Anteriores: houve regularização da contabilização dos valores de benefícios pós-emprego com plano de saúde (R\$ 20.449 mil) e complementação de aposentadoria (R\$ 55.318), conforme cálculos atuariais elaborados por empresa especializada contratada pela SPA (vide nota explicativa nº 17 das demonstrações contábeis).

Receitas

A receita bruta total em 2020 alcançou R\$ 1.278.256 mil, superando em 15% a receita obtida em 2019 (R\$1.111.065 mil). Esse forte crescimento advém dos sucessivos recordes de movimentação de cargas, favorecido pelo excelente desempenho de importantes setores exportadores, além de eventos extraordinários, como o reconhecimento do acordo com a DP *World* Santos (cerca de R\$ 64.476 mil), referente a cobrança da Tabela I entre junho de 2016 e agosto de 2019, que não estava sendo faturada por força de decisão judicial. Ajustando-se as receitas de modo a excluir tais efeitos pontuais, o crescimento da receita bruta para 2020 supera em 9% o observado em 2019, mesmo em meio aos desafios impostos pela pandemia da covid-19 ao longo do ano de 2020.





Receitas e Movimentação de Cargas			Em R\$ mil
DESCRIÇÃO	2020	2019	%
Receitas Tariárias	829.362	699.381	18,6%
Patrimonial	436.525	398.799	9,5%
Outras	12.369	12.886	-4,0%
Receita Bruta	1.278.256	1.111.065	15,0%
Impostos	(164.967)	(143.274)	15,1%
Receita Líquida Operacional	1.113.289	967.791	15,0%
Movimentação de Cargas (tonelagem):			Em ton.
Carga Geral	52.158.189	51.484.655	1,3%
Granel Sólido	75.672.507	65.666.788	15,2%
Granel Líquido	18.774.107	16.859.049	11,4%
Movimentação de Carga Total (ton.)	146.604.803	134.010.492	9,4%

Custos Operacionais

Os custos operacionais totais cresceram 9,0% em relação ao ano anterior, inferior ao incremento de 15,0% alcançado na receita líquida. Excluindo eventos extraordinários e não recorrentes (rescisões extraordinárias e acerto de dissídio de período base anterior), o crescimento dos custos foi de apenas 4,2%, representando um ganho importante na relação custos/receita líquida, que passou de 34,9% em 2019 para 33,3% em 2020.

Os custos em 2020 foram impactados pelos gastos com os serviços de dragagem de manutenção (em 2019 esse serviço estava sob responsabilidade do DNIT) e pelo custo com o contrato de monitoramento de tráfego de navios firmado com a praticagem em setembro de 2019. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela relevante redução de 11,3% nos gastos recorrentes com pessoal, resultado obtido por meio de diversas ações de racionalização e austeridade na gestão.

Custos Operacionais			Em R\$ mi
Descrição	2020	2019	%
- Pessoal	184.469	207.998	-11,3%
- Rescisões Extraordinárias	5.636	-	-
- Acerto Dissídio Retroativo	10.838	-	-
- Serviços de Terceiros	113.851	74.250	53,3%
- Dragagem	30.882	-	-
- Operação e Manutenção de Itatinga e Subestações	27.547	28.986	-5,0%
- Manutenção de Instalações e Equipamentos	24.532	18.647	31,6%
- Serviços de Limpeza e destinação final de lixo	16.581	12.956	28,0%
- Monitoramento de Tráfego de Navios	7.066	2.355	200,0%
- Batimetria, Sinalização, Monit. de Dragagem	5.452	5.707	-4,5%
- Outros	1.790	5.598	-68,0%
- Utilidades e Aluguéis	9.633	10.168	-5,3%
- Depreciação / Amortização	44.218	45.720	-3,3%
Total Custos Operacionais	368.644	338.136	9,0%
Total Custos Operacionais sem Eventos Extraord./Não Recorrentes	352.170	338.136	4,2%
% s/ Receita Líquida	33,3%	34,9%	

Despesas Gerais e Administrativas





O total de despesas gerais e administrativas demonstrou crescimento de 5,6% em 2020, inferior ao crescimento de 15,0% verificado na receita. Na comparação das despesas recorrentes, excluindo eventos extraordinários, observa-se importante queda de 16,0% nas despesas, refletindo os esforços empreendidos na otimização das despesas e aumento da eficiência. A relação despesas recorrentes/receita líquida demonstrou significativo ganho e passou de 16,3% em 2019 para 12,5% em 2020.

Vale destacar a redução alcançada na despesa recorrente de pessoal, que registrou decréscimo de 12,6% na comparação com o ano anterior.

Despesas Gerais e Administrativas			Em R\$ mil
Descrição	2020	2019	%
- Pessoal	85.494	97.803	-12,6%
- Rescisões Extraordinárias	4.435	-	-
- Acerto Dissídio Retroativo	6.305	-	-
- Pessoal Inativo	11.627	16.176	-28,1%
- Consultoria Jurídica/Arbitragem	22.770	6.714	
- Limpeza / Manut. Instal. Equip.	5.358	6.314	-15,1%
- Serv. Terc Outros	3.547	5.926	-40,2%
- Aluguéis	6.858	7.081	-3,1%
- Transportes	3.402	2.773	22,7%
- Órgãos Colegiados	3.493	3.837	-9,0%
- Ogmo Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	3.249	-	-
- Outras	9.686	10.728	-9,7%
Total Despesas Gerais & Administrativas	166.224	157.351	5,6%
Total Desp. Gerais & Adm. s/ Eventos Extraord./Não Recorrentes	132.235	157.351	-16,0%
% s/ Receita Líquida	12,5%	16,3%	,

Demandas Judiciais Cíveis e Trabalhistas

Houve significativa redução nas despesas com demandas judiciais e trabalhistas em 2020 na comparação com 2019, apresentando queda de 42,6%. As demandas cíveis têm como principais motivações ações indenizatórias, de cobrança e declaratórias e tem origem em contratos firmados em gestões anteriores. As demandas trabalhistas incluem como principais alegações, desvios de função, supressão e pagamento de horas extras e adicionais de risco e noturno.

A Companhia tem empreendido amplos esforços para a solução dos processos existentes e, principalmente, a avaliação das causas raiz para aperfeiçoar a gestão, ajustar procedimentos e mitigar a probabilidade de novas ocorrências. Essa estratégia tem alcançado sucesso, como pode ser verificado pela expressiva queda na quantidade de novos processos provisionados, tanto cíveis (-64,3%) como trabalhistas (-73,2%).





Domandac	Indiciais	Cívois o	Trabalhistas
Demandas	Judiciais	civeis e	Trabainistas

Descrição	2020	2019	%
Total Demandas Judiciais Cíveis (R\$ Mil)	18.311	84.851	-78,4%
			•
Novos Processos Provisionados no Período (qtd.)	5	14	-64,3%
Processos Encerrados (qtd.)	(6)	(5)	20,0%
Total de Processos Provisionados em 31.12 (qtd.)	21	22	-4,5%
Total Demandas Judiciais Trabalhistas (R\$ Mil)	68.139	65.818	3,5%
Novos Processos Provisionados no Período (qtd.)	104	388	-73,2%
Processos Encerrados (qtd.)	(291)	(325)	-10,5%
Total de Processos Provisionados em 31.12 (qtd.)	1.196	1.383	-13,5%
Total Demandas Judiciais Cíveis e Trabalhistas (R\$ Mil)	86.449	150.669	-42,6%

Outras Despesas Operacionais

A rubrica outras despesas operacionais demonstrou forte incremento em 2020, principalmente devido ao impacto de R\$ 45,6 milhões das despesas relacionadas com o programa incentivado de demissões voluntárias (PIDV), que alcançou sucesso, tendo registrado a saída programada de 209 inscritos no Programa, cuja economia anual prevista é de R\$ 60,9 milhões, e a provisão para *impairment* no valor de R\$ 14,6 milhões (R\$ 11,7 milhões referente sistema elétrico de potência e R\$ 2,9 milhões relativos às estações de tratamento de água e efluentes).

Outras Despesas Operacionais		E	m R\$ mil
Descrição	2020	2019	%
- Provisão e Despesa com PIDV	45.560	3.119	-
- Provisão para Benef. Pós Emprego	1.924	-	-
- Provisão para Impairment	14.621	-	-
- Perdas com Créditos - Decisão Judicial	13.927	-	-
- Provisão para Devedores Duvidosos	2.183	45.123	-95,2%
- Outras receitas/despesas operacionais	(913)	438	-308,4%
- Indenização de Sinistro (Seguradora)	(3.030)	-	-
- Leilão de Sucata	(6.728)	(853)	688,6%
Total Outras Despesas/Rec. Operacionais	67.544	47.826	41,2%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi equivalente a uma despesa financeira líquida de R\$ 30,7 milhões em 2020 contra R\$ 21,5 milhões no ano anterior. As receitas financeiras cresceram 66,1% no período, principalmente em função de variações monetárias com as outorgas das áreas leiloadas em agosto de 2020 (STS 14 e STS 14A) e o acordo firmado com a DPW em setembro de 2020.





Já as despesas financeiras, registraram aumento de 56,9% em 2020, influenciadas pelos juros sobre o Termo de Compromisso Financeiro firmado em junho de 2020 para o equacionamento do déficit do plano de pensão e a correção contratual (IGPM) referente ao ressarcimento de obras realizadas pelo arrendatário Brasil Terminal Portuário (BTP), de acordo com o disposto no respectivo contrato de arrendamento.

Resultado Financeiro		Er	m R\$ mil
Descrição	2020	2019	%
Rendimento de Aplicações Financeiras	25.897	25.204	2,8%
Var. Monet. das Outorgas ref. áreas STS14 e STS14-A	11.729	-	-
Variação Monetária DPW	13.211	-	-
Rendimento Depósitos Judiciais	629	517	21,7%
Juros Diversos	1.329	6.067	-78,1%
Total Receitas Financeiras	52.796	31.789	66,1%
Juros sobre TCF Plano de Pensão	(34.926)	-	-
Juros AFAC	(23.022)	(47.290)	-51,3%
Correção de Dívida - Sitio Padrão Negativo BTP	(25.116)	(4.543)	452,9%
Juros Outros	(458)	(1.407)	-67,5%
Total Despesas Financeiras	(83.521)	(53.240)	56,9%
Total Resultado Financeiro	(30.725)	(21.451)	43,2%

Endividamento (Caixa Líquido/Ebitda Ajustado)

A SPA apresentou uma posição de caixa líquido ao final de 2020, ou seja, a posição de caixa e equivalentes de caixa era superior em R\$ 258,2 milhões ao total de endividamento, demonstrando uma relação caixa líquido/Ebitda de 0,5x. A principal diferença na comparação com esses indicadores de 2019 é o Termo de Compromisso Financeiro assinado em jun/20 para o equacionamento do Plano de Pensão.



Endividamento			m R\$ mil
Endividamento (Mil R\$)	2010	2019	Var
Ressarc. de Benfeitorias em Áreas Arrendadas:	-126.879	-119.584	6,1%
- Circulante	-22.255	-18.026	23,5%
- Não Circulante	-104.625	-101.558	3,0%
Termo de Compromisso Financeiro - Portus (1):	-487.415	0	-
- Circulante	-33.615	0	-
- Não Circulante	-453.801	0	-
Endividamento Bruto	-614.295	-119.584	413,7%
Caixa e Bancos	15.407	13.876	11,0%
Aplicações Financeiras	844.454	547.786	54,2%
Valores Vinculados à Aplicação em Infraestrutura	12.589	12.573	0,1%
Caixa e Aplicações Financeiras	872.450	574.235	51,9%
Caixa Líquido	258.155	454.651	-43,2%
Endividamento de Curto Prazo s/ Total	9%	15%	-6 pp
Endividamento de Longo Prazo s/ Total	91%	85%	6 pp
Ebitda Ajustado (últimos 12 meses)	502.661	337.881	48,8%
Caixa Líquido / Ebitda Ajustado	0,5 x	1,3 x	-0,8 x

(1) Dívida assumida em junho de 2020, referente ao Equacionamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Portus.

Liquidez

A análise dos indicadores de liquidez demonstra relevante melhora na comparação com o exercício anterior, evidenciando as conquistas alcançadas para o fortalecimento da sustentabilidade financeira da Companhia.

O indicador de liquidez geral apresenta uma particularidade em razão do valor registrado como créditos da União para futuro aumento de capital (AFAC). Em 28 de setembro de 2020 foi emitido um Decreto pela Presidência da República (nº 10.498) autorizando o aumento de capital social da SPA equivalente a R\$ 538,8 milhões (base dez 20) e a Administração está em tratativas com os órgãos de controle para a concretização do aumento de capital da parcela restante. Se excluirmos o efeito dos AFACs no cálculo desse indicador, pois na medida em que são incorporados ao capital social reduzem o respectivo valor no passivo não circulante, o índice de liquidez geral seria de 0,79 em 2020 e 0,60 em 2019.

Liquidez	Fórmula	2020	2019
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Circulante	1,53	1,12
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,71	1,27
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Realizável a LP) / (Passivo Circulante e Não Circulante)	0,59	0,43





6.3. Infraestrutura

A área de engenharia da SPA realiza atividades relacionadas à infraestrutura portuária (terrestre, aquaviária e de utilidades), como: planejamento e gerenciamento de obras de dragagem e serviços correlatos; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; desenvolvimento, execução, medição e fiscalização de projetos e obras de infraestrutura portuária; análise de projetos de arrendatários e acompanhamento de suas execuções; manutenção de rede de utilidades (água potável, redes de drenagem, esgoto sanitário, energia elétrica, varrição de áreas e acompanhamentos de instalações gerais da movimentação de cargas, manutenção de ar-condicionado, refrigeradores, elevadores, etc.); manutenção e conservação das instalações portuárias; atividades desenvolvidas com objetivo de garantir condições adequadas de uso das vias públicas terrestres, incluindo a pavimentação e a sinalização horizontal e vertical.

Principais ações realizadas em 2020

Reforço de Cais da Ilha Barnabé

A SPA realizou serviços de engenharia nos berços de atracação, para recuperação estrutural dos *dolfins* existentes e de 302 metros de cais sobre estacas, com contenção de estacas-prancha. Além da construção de poços de visita, inspeções subaquáticas e remanejamento de interferências, prevê a execução de contenção de talude próximo ao berço Bocaina (lado Guarujá), construção de *dolfim* para melhorar as condições de amarração dos navios, reforço estrutural dos *dolfins* existentes, bem como instalação de passarelas metálicas de acesso aos *dolfins*. Em 2020, foram firmados contratos para execução das obras e assessoria técnica à fiscalização no gerenciamento e acompanhamento da qualidade dos projetos e obras.

Projeto de Recuperação do Cais do Antigo Armazém 12

Empreendimento que busca solução tecnológica para garantir a estabilidade da estrutura, que permanece inoperante desde sua interdição inicial. Constatou-se a necessidade de um trabalho de investigação, buscando-se informações em projetos da época de construção do cais e a materialização em projeto da situação atual por meio de levantamentos topográfico, batimétrico, subaquático, sondagens e inspeções. Em 2020, a Projetista LPC Latina concluiu a elaboração do Projeto Executivo e a área de engenharia iniciou as atividades internas para a licitação da obra.

Trecho Alemoa-Saboó

O projeto compreende intervenções entre o viaduto Paulo Benevides e o início da Av. Eng. Augusto Barata, para racionalizar e dar fluidez ao tráfego de veículos de cargas, suprir as necessidades de áreas organizadoras e reguladoras de veículos em espera, além de atender a determinações legais quanto à fiscalização e controle à





movimentação de contêineres. Constatada uma interferência no canal de drenagem projetado com a linha de gás da empresa Transpetro, houve a necessidade de estudo de nova metodologia, bem como a revisão do projeto para compatibilização.

O projeto do canal de drenagem da Alemoa foi revisado, para atender às exigências dos órgãos de Meio Ambiente. Em 2020, a área de engenharia iniciou as revisões do projeto básico e atualização da planilha orçamentária. A princípio, as obras estariam contempladas na licença de operação do Porto, entretanto o Ibama exigiu um licenciamento específico, o qual se encontra em andamento.

Ligação Seca entre Santos e Guarujá

Este projeto tem por objetivo a otimização dos acessos terrestres na região, gerando contribuições à infraestrutura, logística e mobilidade regional. Após suspensão, por questões financeiras, do projeto do túnel pelo Governo do Estado de São Paulo (2015), novos estudos foram iniciados. A Ecovias apresentou estudo preliminar (2019), com travessia sobre o Canal do Estuário de Santos por ponte (Saboó/Ilha Barnabé). A SPA, no entanto, constatou impactos nas operações e iniciou estudos de otimização do projeto da Dersa para o túnel imerso, para reduzir impactos com desapropriações e garantir a mobilidade urbana, concentrando diversos modais de transporte. Diversas reuniões e discussões foram empreendidas entre interessados, comunidade portuária e representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Governo Federal, a fim de analisar propostas e verificar alternativas para equacionar o problema, resultando em revisões do projeto da ponte (pela Ecovias), com alteração de seu vão principal, em razão das constatadas interferências com operações, sempre com a participação da SPA na busca pela definição ideal.

Em 2020, a SPA submeteu o conjunto de informações, recebidas e produzidas, à EPL, para desenvolvimento de estudo de viabilidade técnico-econômica das alternativas de travessia por túnel imerso, visando à inclusão do empreendimento no pacote da futura desestatização.

Novo acesso a Santos

A iniciativa busca eliminar o conflito rodoferroviário existente na região do Valongo, viabilizar o incremento dos pátios ferroviários na entrada do Porto de Santos, prover um segundo acesso rodoviário (em localização resguardada das áreas dos terminais de produtos químicos da região da Alemoa), além de ordenar e distribuir os fluxos rodoviários, conjugando o acesso existente pela Alemoa com o novo acesso, de forma a possibilitar o tráfego integral por apenas um deles em caso de interdição do outro, equilibrando o trânsito. Em 2020, a SPA realizou a contratação do Projeto Básico e, após a cessão das áreas necessárias, vem acompanhando seu desenvolvimento desde novembro/2020, com perspectiva de entrega em abril/2022.





Trecho Canal 4/Ponta da Praia

O projeto compreende o deslocamento das linhas férreas de acesso ao Corredor de Exportação de granéis sólidos de origem vegetal, com remodelação dos pontilhões sobre os canais 4, 5 e 6. Contempla a construção de viadutos para evitar conflito rodoferroviário e promover agilidade no fluxo de veículos. Essa intervenção soluciona um gargalo entre o tráfego de contêineres e de granéis vegetais e possibilita a reurbanização da Av. Mário Covas Jr. A nova Avenida Interna será reformulada, considerando o adensamento dos armazéns desde as instalações da Capitania dos Portos de São Paulo até o Armazém XXXIX, contemplando nova infraestrutura de pavimento e utilidades. Em 2020, foi celebrado Termo de Cooperação junto à Portofer, para execução de obras necessárias à implementação da superestrutura ferroviária entre o Canal 4 e a Ponta da Praia. Quanto ao viário interno, viaduto e revitalização da Av. Mário Covas Jr., os estudos para definição de novo Projeto Funcional estão em andamento, com previsão de licitação do Projeto Básico para 2021.

Avenida Perimetral da Margem Esquerda

O projeto engloba serviços de engenharia para a execução da complementação do Sistema Viário da Av. Perimetral da Margem Esquerda (2ª fase), promovendo a segregação do tráfego de cargas. Além da adequação do traçado da Av. Santos Dumont e da Perimetral, prevê a adequação de passeios e ciclovias, implantação de rotatórias, instalação de passarelas de pedestres e respectivos remanejamentos e adequações das redes hidráulicas, elétricas e implantação da sinalização viária. Está prevista a construção de viaduto de transposição à Rod. Cônego Domênico Rangoni — SP 55, que interligará os terminais portuários à SP-55, sentido São Paulo, eliminando o tráfego pesado das vias urbanas de Vicente de Carvalho, assim como a execução de viaduto na Av. Santos Dumont, sobrepondo-se à Perimetral.

Para viabilizar a implantação, são necessárias desapropriações na região. Ao longo de 2020 houve tratativas junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Em junho de 2020, foi publicada a Portaria nº77-MInfra, a qual definiu a Poligonal do Porto Organizado de Santos, incluindo as áreas necessárias caracterizadas como áreas de Marinha e seus acrescidos. Foi celebrado o Contrato SPA/66.2020, junto à Progaia Engenharia e Meio Ambiente Ltda., com o objetivo de elaboração de Estudo Ambiental (EA) e Plano Básico Ambiental (PBA), os quais estão em andamento. Após conclusão, haverá o início do processo para obtenção da Licença de Instalação das obras junto ao Ibama.

Obras de arrendatários

Competência da SPA estabelecida no art. 17 §1° V da Lei n° 12.815/13. Compreende a fiscalização das obras de engenharia resultantes dos investimentos realizados pelos arrendatários, tanto os pactuados em contrato quanto os demais não previstos. Ao





longo de 2020, a equipe de fiscais de campo objetivou monitorar a conformidade das obras perante os projetos aprovados e os normativos legais. A fiscalização ocorreu junto à Antaq, por meio de inspeções semestrais, primordialmente, para os investimentos decorrentes de contratos novos ou com prorrogações antecipadas e, nesses casos, além do objetivo da conformidade das obras, houve o acompanhamento dos prazos e valores planejados.

Dragagem e levantamentos hidrográficos

Em 2020, foi firmado contrato de dragagem, visando à manutenção das condições estabelecidas no contrato MTPA/02.2017 (elaboração de projeto básico e executivo para obras de dragagem por resultado, para readequação da geometria do canal de acesso aquaviário e berços de acostagem do Complexo Portuário Santista), subrogado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para auxílio à fiscalização, foi mantida a contratação de serviços de levantamentos hidrográficos, de forma a mensurar o volume dragado em cada campanha de dragagem, sendo executados 96 LHs monofeixe, nos berços de atracação, e 9 LHs multifeixe no canal de acesso. A profundidade operacional do canal de acesso mantida em 2020 foi de -15,00m (0-Zero-DHN). Constância do calado máximo operacional: -13,5m (0-Zero-DHN), em baixa mar; -14,5m (0-Zero-DHN), em preamar.

Utilidades

Em 2020, foi firmado contrato para execução da operação, manutenção e conservação dos sistemas para tratamento e disponibilização de água potável, coleta, tratamento e descarte de esgoto doméstico, produção e distribuição de água de reuso e realização de exames laboratoriais de água potável, água de reuso e efluentes do Porto de Santos. Volume total de água tratada: 618 mil m³. Volume total de esgoto tratado: 296 mil m³.

Concluída em 2020 a contratação de serviços de operação, manutenção e conservação dos equipamentos e instalações da UHI e Linha de Transmissão Itatinga-Santos. Houve a continuidade do sistema de medição de energia elétrica fornecida pela SPA para terceiros, compatível com padrões adotados pelas concessionárias, e da manutenção da rede de distribuição do sistema de potência do Porto de Santos. Geração bruta da Usina Hidrelétrica de Itatinga no ano: 83 milhões de kwh. Capacidade instantânea: 15 MW (complementados em alta tensão pela Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL, por meio de circuito com capacidade de 8,6 MW ligado em paralelo e mais dois pontos de conexão com capacidades de 1,6 MW e 0,1 MW) - equivalente a 80% da energia distribuída pela SPA através de circuitos próprios.





6.4. Operações Logísticas

O ano de 2020 foi repleto de desafios e conquistas para as operações logísticas do Porto de Santos. Mesmo com as adversidades encontradas pelo enfrentamento da pandemia da covid-19 que afetou o comércio exterior, o Complexo Portuário de Santos obteve sucessivos recordes de movimentação. Além disso, o ano de 2020 foi marcado pelo compromisso com a inovação e desburocratização dos processos operacionais profundamente debatidos.

Inovação

Fábrica de software

A partir da contratação de uma fábrica de *software*, vários processos mapeados ainda em 2019, que dependiam da criação de novos sistemas para seu avanço, tiveram o desenvolvimento iniciado. Vale citar o novo sistema de solicitações, provendo aos usuários um ambiente 100% on-line para registro de seus interesses e o novo sistema para solicitação de atracação de navios, que cria uma plataforma virtual que agrega transparência à programação dos navios.

Foram realizados estudos técnicos preliminares e o início do desenvolvimento de uma nova ferramenta de Requisição de Serviços e Materiais (RSM). A automação do atendimento possibilitará o acesso ao serviço 24 horas por dia, proporcionando redução de custos e maior transparência do processo.

Agendamento de Caminhões

Em continuidade aos processos consolidados no Portolog em 2019, o sistema de agendamento de caminhões atingiu a marca de 98,29% de cumprimento dos veículos agendados. Além disso, um novo pátio regulador foi credenciado, ampliando a capacidade de recebimento de veículos em 400 vagas.

Também foram finalizados os estudos técnicos para a implantação de novas infraestruturas que visam incrementar a eficiência na gestão do tráfego nas vias de acesso ao Porto de Santos.

Fiscalização

Por meio de ferramentas desenvolvidas internamente, passou-se a fiscalizar a produtividade dos berços públicos. Para o ano de 2022 está prevista a implementação de novas tecnologias, como a renovação da central de monitoramento por câmeras, com um Sistema de Gerenciamento de Video (VMS – *Video Management System*) inteligente, integrado a dispositivos móveis auxiliando nas rotinas dos fiscais.

Port Community System

Ainda no quesito inovação, a área de operações participou ativamente do primeiro ano do processo de criação do *Port Community System* do Porto de Santos, que





contemplou o mapeamento das atividades referentes à chegada de navios, operação, liberação de cargas e acessos.

Pranchas Operacionais

A SPA iniciou, em outubro de 2020, a coordenação de reuniões com a participação de terminais, ABTL, agentes, Sindamar e associações representantes de clientes finais, com o objetivo de aumentar a eficiência das operações nos terminais de líquidos da Alamoa e Ilha Barnabé. De forma sinérgica, buscou-se reduzir a duração das operações de embarque e desembarque líquidos, além da redução dos tempos destinados às operações de *bunkering*, análises de carga, retirada de taifa, consumo de bordo, entre outros, de modo que haja também um aumento da previsibilidade dos tempos envolvidos e das durações das operações do navio atracado que impactam diretamente no tempo de espera dos demais navios que aguardam para operar.

Navios de 366 metros de LOA (Length Overall - Comprimento Máximo)

Com base nos estudos iniciados em 2016, de manobrabilidade de navios, simulações e interações hidrodinâmicas nos berços do porto, a SPA enviou para a Autoridade Marítima o pedido de autorização para atracação e operação de navios de 366 metros de LOA. A autorização, prevista para o início de 2021 será um marco para a movimentação do porto, possibilitando atender navios com até 14 mil TEU's.

Desburocratização

O novo Regulamento de Exploração do Porto (REP) simplifica o regulamento anterior e reúne em um único documento as regras e informações para os usuários do porto. Esta ação facilitou o acesso dos usuários às informações relevantes e favoreceu sobremaneira o processo de atualização do documento.

A Resolução Dipre nº 151/2020 eliminou a necessidade da realização de cortes de infraestrutura antes da atracação dos navios, atividade que gerava mais de 70 mil solicitações por ano.

A nova Norma de Atracação substituiu a Resolução nº 176 da extinta Portobrás, vigente desde o ano de 1979. Em abril de 2020, a norma de mais de 40 anos de idade, deu lugar à Resolução Dipre nº 59/2020, que 4 meses mais tarde passou por nova revisão, dando origem à atual Resolução Dipre nº 150/2020, abrangente e aderente às necessidades atuais do Porto de Santos. Como novidade, incluiu um novo plano de amarração, bem como pranchas mínimas de produtividade.

No que se refere a implantação de sistema *Vessel Traffic Service* (VTS), o monitoramento de tráfego do canal do Porto de Santos é suportado por empresa especializada que realiza este serviço há mais de 10 anos. A finalização dos estudos e a contratação de um novo Projeto Básico estão previstas para 2021.





6.5. Sustentabilidade Ambiental e Segurança

No ano de 2020 a SPA promoveu diversas ações voltadas a questões de Sustentabilidade e Segurança.

Célula de Crise da Autoridade Portuária

A Célula de Crise da Autoridade Portuária, constituída exclusivamente para enfrentamento à covid-19, foi responsável pelo desenvolvimento de ações de conscientização e prevenção da pandemia dentro do Porto Organizado.

Inúmeras ações foram adotadas pela Célula de Crise da SPA, como a elaboração e divulgação de materiais informativos sobre a covid-19, ampliação de locais para higienização das mãos (álcool gel e lavatórios), aquisição de insumos e equipamentos de proteção para enfrentamento da pandemia (máscaras, luvas, álcool gel), intensificação das vistorias nos terminais portuários para verificar as ações adotadas pelas arrendatárias, etc.

Além dessas ações, a SPA, em conjunto com a Anvisa, órgãos de vigilância epidemiológica municipal e estadual e outros parceiros, realizou em fevereiro de 2020 o primeiro simulado prático no Brasil para testar as ações de resposta em situações em que há presença de tripulantes com suspeita de covid-19 a bordo, já se preparando para o enfrentamento da pandemia, mesmo antes da ocorrência de qualquer caso.

Foi atualizado e consolidado o Plano de Contingência do Porto de Santos (PCPS) para eventos de saúde pública de importância internacional, fixando, principalmente, procedimentos a serem tomados em casos de contaminação a bordo de navios. O PCPS fortalece a comunicação entre as autoridades intervenientes e contribui no planejamento e na adoção das ações necessárias para uma gestão eficiente durante incidentes e acidentes que possam vir a impactar as operações do cais santista.

O uso de tecnologias também foi crucial para minimizar os impactos da pandemia aos trabalhos, sendo viabilizadas ferramentas para facilitar a realização das atividades de forma remota por parte dos empregados. Por medida preventiva, a Autoridade Portuária decidiu suspender as reuniões presenciais de atracação de navios e, desde março de 2020, as demandas passaram a ser requisitadas por meio digital.

Cargas Perigosas

A SPA, por meio de suas Resoluções e de acordo com a legislação em vigor, limita e restringe a armazenagem de mercadorias com maior potencial de risco, dentre estas os explosivos, radioativos e gases tóxicos.

Além disso, por meio de seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), realiza inspeções nos diversos terminais portuários e áreas públicas do Porto Organizado a fim de verificar, dentre outras questões, a conformidade do manuseio, movimentação e





armazenagem de mercadorias perigosas, frente à legislação que trata do assunto e frente às suas resoluções.

Acidentes ocorridos em portos no mundo todo, como o ocorrido no Porto de Beirute, em agosto de 2020, geram preocupações na sociedade em relação à segurança das operações que envolvem mercadorias perigosas nos portos brasileiros. Não obstante, no sentido de preservar a segurança da comunidade portuária e da população do entorno do Porto de Santos, tanto a SPA como outros órgãos trabalham para minimizar os riscos que possam vir a existir em decorrência de tais operações. Um exemplo deste trabalho foi a Operação Reliqua, deflagrada no Porto de Santos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a participação da SPA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Receita Federal e prefeituras dos municípios de Santos e Guarujá.

O objetivo dessa operação foi a verificação das condições de segurança das operações que envolvem cargas perigosas e a preparação para combate a emergências na região do Porto de Santos. Após uma série de inspeções realizadas em todos os terminais portuários, o Ibama concluiu que o Porto de Santos é seguro, reconhecendo como adequadas as práticas adotadas e o rigoroso trabalho de fiscalização que a SPA realiza visando à segurança das operações.

Controle de fauna sinantrópica nociva — vetores e pragas

No ano de 2020, foram realizadas ações de intensificação do controle populacional de pombos em instalações sob responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos. Os serviços incluem a instalação e manutenção de medidas que impedem o pouso, abrigo e nidificação de pombos (construção de ninhos) nas áreas públicas do Porto Organizado de Santos e contemplam instalação de redes, espículas, fios tensores e, até mesmo, reatores eletromagnéticos. Tais medidas visam, principalmente, promover a eliminação ou mitigação de contato da população portuária com a matéria orgânica proveniente dos pombos, aumentando a qualidade sanitária dos locais de trabalho e reduzindo o risco de enfermidades e alergias. Nos locais onde os serviços já foram realizados, houve uma melhora perceptível em relação ao cenário anterior.

Além disso, a Companhia deu continuidade às medidas de controle do mosquito Aedes aegypti, norteado pelas armadilhas de monitoramento de fêmeas aladas, bem como da execução de serviços de desinsetização, desratização, de controle de aracnídeos, moluscos, vespas e abelhas das áreas públicas do Porto Organizado de Santos, atividades fundamentais para a manutenção da saúde e bem-estar da comunidade.





Índice de Desempenho Ambiental (IDA)

Em 2020, o Porto de Santos ganhou mais uma posição no IDA, estabelecido pela Antaq, referente aos trabalhos desenvolvidos em 2019. Os resultados de uma gestão técnica séria e comprometida culminaram em um aumento de 10,96 pontos em relação à sua marca anterior, ficando atualmente com 94,28 pontos, maior pontuação já atingida pela SPA desde a criação do índice. Com isso, foi garantido o 4º lugar dentre os 31 portos participantes do *ranking*.

Critérios de Sustentabilidade nas contratações

A SPA intensificou seus esforços visando à aquisição de bens e serviços que atendam a critérios de sustentabilidade, com a inclusão desses critérios em seus editais, como: a preferência por materiais, tecnologias e matérias primas de origem local; o emprego de materiais e equipamentos que atendam a requisitos de segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental; e a promoção de campanhas periódicas internas de conscientização e treinamento sobre boas práticas ambientais.

Auditoria ambiental

A SPA realizou no ano de 2020, por meio de empresa contratada, Auditoria Ambiental Portuária pela Resolução Conama nº 306/02, instrumento que apresenta os requisitos mínimos para avaliação do Sistema de Gestão e Controle Ambiental em portos organizados e instalações portuárias.

Além de visar ao cumprimento de um requisito legal, a realização da auditoria ambiental é útil para nortear a execução de melhorias do atual sistema de gestão ambiental e oportunizar ações de engajamento entre os setores. Também foram realizadas ações de capacitação e treinamento com gestores e formação de auditores ambientais internos para o fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental da companhia.

Relatório de Sustentabilidade da SPA

Em uma iniciativa inédita, a SPA lançou, em 2020, seu primeiro Relatório de Sustentabilidade elaborado de acordo com os padrões da "Global Report Iniciative" (GRI). O Relatório de Sustentabilidade da SPA apresenta informações sobre o desempenho da companhia do período de 01/01 a 31/12/2019.

A GRI é uma organização internacional que auxilia empresas, governos e outras instituições a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade, sendo sua metodologia reconhecida e adotada pela maioria das grandes corporações do mundo.

A identificação dos assuntos prioritários foi realizada por meio de um processo amplo de escuta das principais partes interessadas, internas e externas, da SPA. O processo





de elaboração da matriz de materialidade resultou em uma lista de temas prioritários para a gestão da SPA.

Os temas materiais foram correlacionados aos tópicos dos GRI *Standards*, sempre que possível, e foram selecionadas as divulgações tópico-específicas que melhor respondessem às demandas das partes interessadas. Os temas materiais em sua ordem de priorização foram: Governança, ética e combate à corrupção; Relação Porto-Cidade e manutenção de diálogo de qualidade com as partes interessadas; Saúde e segurança do trabalhador; Proteção dos recursos naturais e biodiversidade; Gestão de resíduos e efluentes; Intermodalidade e conectividade de tráfegos marítimo, ferroviário e terrestre.

Apesar da elaboração do objeto ser realizada em virtude de exigência prevista na Lei nº 13.303/16, que estabelece como requisito a divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade, a SPA vislumbrou que o relatório possui importância no fomento à prestação de contas a órgãos de controle e ao público em geral acerca das práticas e resultados da Autoridade Portuária para o tema sustentabilidade/desenvolvimento sustentável referenciada em metodologia reconhecida pelo mercado, abarcando os eixos social, ambiental e econômico, visando a uma maior transparência em seus processos e em alinhamento ao atual mapa estratégico.

Licença de Operação do Porto

Um dos principais focos da área ambiental é o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação do Porto Organizado de Santos. A Licença de Operação nº 1.382/17, emitida pelo Ibama, conta com 10 condicionantes gerais e 30 condicionantes específicas. Estes programas visam a garantir o controle ambiental das atividades desenvolvidas no Porto Organizado de Santos, além do monitoramento dos recursos ambientais do meio em que o complexo portuário se encontra instalado.

A ampla gama de ações exigidas na Licença de Operação demonstra a complexidade da gestão ambiental do Porto de Santos, o que demanda uma grande dedicação da área ambiental da SPA para assegurar o cumprimento dessas condicionantes. Em 2020, destaca-se o esforço empreendido para viabilizar a execução de programas que ainda não haviam sido implantados, como o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e o Programa de Monitoramento e Controle de Vibrações, bem como do início dos trabalhos de elaboração do Estudo de Análise de Risco Ambiental (EAR), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Plano de Ação de Emergência (PAE).





6.6. Relação Porto-Cidade

Apesar dos obstáculos enfrentados em 2020, especialmente aqueles decorrentes da necessidade de adequação da rotina administrativa por força da pandemia do novo coronavírus, a SPA obteve resultados notáveis também com os esforços dedicados à relação Porto-Cidade.

As ações ocorreram tanto internamente, com a concepção de projetos, preparação de equipamentos de valor histórico-cultural e divulgação à comunidade, quanto externamente, por meio de entrevistas à imprensa e visitas às entidades do setor portuário e autoridades municipais.

Melhorias no Complexo Cultural do Porto de Santos

O Complexo Cultural do Porto de Santos foi seriamente impactado pelos efeitos da pandemia, sendo forçado a suspender suas atividades entre os meses de maio e setembro de 2020.

Contudo, após a reabertura, e mesmo diante de um horário reduzido de funcionamento, os agendamentos foram retornando gradualmente, de forma que 2020 encerrou com um total de 813 visitantes (em 2019 o Complexo recebeu 6.663 visitantes). Considerando apenas o período em que esteve aberto à visitação em 2020, a média de visitantes foi 155 visitantes/mês (em 2019 foi de 550 visitantes/mês).

Durante o intervalo, o Complexo Cultural passou por reformas e melhorias estruturais, além de implementar seu acervo por meio da recuperação de itens há muito tempo pleiteados, como é o caso da locomotiva "Lavoura", que novamente enfeita a área externa junto ao Museu do Porto.

Já com a reabertura, novas iniciativas foram conduzidas, com o intuito de disseminar o potencial cultural presente no Complexo, como a inclusão da visitação ao Museu do Porto na grade curricular da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

Resultados:

- Reurbanização do ambiente do Complexo Cultural (obras de paisagismo, jardinagem e estacionamento);
- Readequação da reserva técnica e mapoteca do Museu do Porto;
- Reorganização da estrutura de documentos, arquivos de desenhos e plantas de interesse da comunidade ("Programa 5S");
- Divulgação do potencial do Complexo Cultural para a mídia regional via entrevistas concedidas à imprensa.





Iniciativas junto à comunidade

Em 2020, houve a retomada das tratativas junto às Prefeituras de Santos e de Guarujá, além do Governo do Estado de São Paulo, para a realização de três grandes projetos estruturantes com forte viés socioeconômico:

- Projeto Favela Porto Cidade: com a missão de implantar o empreendimento denominado "Parque da Montanha" para o reassentamento das famílias ocupantes do "Complexo da Prainha", liberando a área ocupada para expansão portuária, além de garantir moradia digna às famílias beneficiadas.
- Recuperação do navio Prof. W. Besnard: com o objetivo de providenciar as reformas necessárias para recuperar a embarcação e transformá-la em museu marítimo a ser mantido pelo Museu de Pesca, em Santos. O navio histórico fabricado na Noruega, que chegou ao Brasil em 1967, foi responsável por centenas de viagens científicas.
- Revitalização dos terminais do Valongo: possui o objetivo de valorizar a região central e incrementar o turismo, por meio da construção de um novo terminal de cruzeiros na região, forte alinhamento ao Plano Diretor do Município de Santos.

Sempre mantendo extrema atenção ao cumprimento das exigências apresentadas nos protocolos de prevenção à disseminação do Coronavírus, ao longo de 2020 a SPA não cessou suas atividades de recepção de profissionais e autoridades nacionais e internacionais. A empresa entende que é função primordial responder a todas as solicitações de visitas às instalações portuárias e que essa atividade constitui um dos pilares de atuação da área de Comunicação Corporativa da empresa, estreitando o relacionamento junto aos públicos de interesse e consolidando uma imagem institucional robusta e fortemente reconhecida. Foram recepcionados o Ministro de Infraestrutura, secretários, deputados, vereadores, prefeitos, além de representantes dos órgãos de fiscalização e controle e de presidentes das diversas empresas que compõem nosso complexo portuário.

O ano de 2020 também merece atenção nas questões envolvendo o armazenamento de produtos perigosos, em especial o Nitrato de Amônia. Para garantir total adequação aos protocolos de segurança, realizou-se a 79ª Reunião Plenária da Comissão de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis do Estado de São Paulo.

Diante de representantes da Receita Federal, da Polícia Federal, do Ibama, do Ministério da Agricultura, da Polícia Civil, dos principais operadores portuários, da Capitania dos Portos e do Exército Brasileiro, o evento foi concluído com a certeza de que a Autoridade Portuária de Santos encontra-se alinhada com o que existe de mais moderno quanto ao gerenciamento de produtos perigosos.





O ano de 2020 também foi aproveitado para o fortalecimento das parcerias junto às Prefeituras Municipais de Santos e de Guarujá, além do Ogmo e do Sopesp. Essas parcerias foram fundamentais para iniciar um processo de doações de insumos para combate à pandemia do Coronavírus para Santos e para o Guarujá.

Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep)

Após a readequação organizacional que ocorreu na Companhia em 1° de junho de 2020, a Gerência de Carreira e Capacitação (Gecar) passou a contar com a Supervisão do Cenep em sua estrutura.

No exercício de 2020, a Fundação Cenep capacitou 1.687 pessoas, totalizando 65.571 horas de carga-horária, entre cursos presenciais e à distância, estes por meio da plataforma Moodle, totalizando aproximadamente 38 horas de capacitação por pessoa.

Vale destacar os cursos de formação multidisciplinar para Vigias de Embarcação e Consertadores de Carga, que permitiu a manutenção dessas atividades essenciais para a operação portuária na vigência da Medida Provisória nº 945/20.

Outras duas importantes frentes de atuação do Cenep em 2020 foram o Programa de Ensino Profissional Marítimo (Prepom) e os cursos voltados à comunidade do entorno portuário. O Prepom é um programa de cursos e treinamentos sob responsabilidade da Marinha do Brasil por meio dos Órgãos Gestores da Mão de Obra (Ogmo). O Cenep atualizou e habilitou 267 profissionais em temas como operação de tratores e curso básico do trabalho portuário.

Para a comunidade, foram ofertados os temas Fundamentos de Logística, Infraestrutura e Ambiente Portuário, *Ship Planner*, Vistoriador de Contêiner e Tecnologia da Informação Aplicada ao Porto. No total, 339 pessoas realizaram esses cursos de forma gratuita.

Patrocínios

Uma das principais iniciativas da relação Porto-Cidade em 2020 se deu por meio dos patrocínios, com seleção pública anual, em conformidade com as melhores práticas do setor público e com as recomendações da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (Secom).

Em 2020 a SPA deu início a 6 projetos de patrocínio a partir da seleção lançada em 2019. Os escolhidos atuam nos âmbitos cultural, esportivo e ambiental, e buscam desenvolver iniciativas socialmente relevantes, promover um maior envolvimento do Porto com as comunidades e incentivar a preservação da cultura e meio ambiente locais.





Meio Ambiente

- Mantas do Brasil: organização que realiza atividades de preservação dos ecossistemas marinhos na região.
- Santos Lixo Zero: promotor de ações que sensibilizam sobre a importância em reduzir a geração de resíduos e dar o seu correto encaminhamento.

Cultural

- Santos Jazz Festival: evento de música que contribui para a democratização da cultura e alcance de públicos diversos com apresentações e oficinas espalhadas por diversos pontos da cidade de Santos.
- Festival de Cenas Teatrais (Fescete): que busca fomentar a formação de novos talentos, o estímulo a profissionais da dança, teatro, música, poesia e artes visuais e o desenvolvimento social por meio de cursos, debates, workshops, apresentações e exposições.

Esportivo

- Meia Maratona de Santos: ação de incentivo à prática de esporte, que reúne centenas de atletas do pedestrianismo, promovendo envolvimento com a comunidade.
- Nadar Pelo Porto: patrocina a nadadora de alto desempenho Ana Marcela Cunha, uma das principais atletas brasileiras.

Em 2020, por ocasião da pandemia da covid-19, as atividades presenciais de todos os projetos patrocinados foram substituídas por uma versão on-line ou reprogramadas para 2021, atendendo às diretrizes de distanciamento social.

Ainda assim, a SPA conseguiu avançar com o seu calendário de patrocínios com atividades como o "Papo Verde", workshop sobre temas ambientais, principalmente relativos à geração de resíduos e consumo e o "Conhecendo as Gigantes do Brasil", programação de férias do Aquário Municipal de Santos voltada para crianças de 5 a 7 anos.

A área de eventos também sofreu adiamentos para 2021 por ocasião da covid-19, apesar disso, em 2020 foi realizado o 1° Festival Porto Cidade pela SPA, uma iniciativa para marcar o aniversário do Porto de Santos no calendário da cidade e oportunidade de integração das cidades que abrigam o maior complexo portuário da América Latina. Fizeram parte da programação especial uma regata náutica e uma prova de pedestrianismo de 5 quilômetros pelas ruas do Centro de Santos, que reuniram, juntas, um público de aproximadamente 1.000 pessoas.





A ocasião marcou também o lançamento do selo Porto-Cidade, uma marca que nasceu como patrimônio simbólico da comunidade portuária e que passou a ser usada tanto pela SPA quanto pelas empresas e outras instituições ligadas ao setor portuário na Baixada Santista para sinalizar a presença do Porto em eventos e projetos voltados ao fortalecimento da relação Porto-Cidade.

Visitas

As restrições impostas pela covid-19 reduziram ao máximo o programa de visitação à SPA e levaram a empresa a participar de interações apenas virtuais. Mesmo assim, antes da decretação da pandemia, a Companhia recepcionou autoridades, empresários e pesquisadores, como os dos consulados da Bélgica e Canadá.

Índice de Relacionamento Porto-Cidade

Em 2020, a SPA manteve o trabalho de monitoramento das manifestações do público externo e medição da percepção sobre a empresa pelo acompanhamento de diversos registros: veiculações em mídia, realizações de ações de apoio ou cooperação, participação em audiências públicas ou outros eventos voltados para a sociedade geral, atendimentos em visitas técnicas, manifestações recebidas pela Ouvidoria e interações registradas nas redes sociais da Companhia.

Todo este acompanhamento forneceu dados para composição do Índice de Relacionamento Porto-Cidade, indicador cujo propósito é medir o relacionamento com a sociedade em assuntos não ligados diretamente à operação portuária. O índice atribui pontuações a diversas interfaces da empresa, e avalia o resultado em conceitos: "perda significativa de capital social", "capital social estável", "capital social em crescimento" e "comportamento excepcional".

É medido trimestralmente a partir da somatória das pontuações relativas a: comunicações diretas recebidas de órgãos locais, manifestações de terceiros que não sejam diretamente ligados à operação portuária, manifestações em mídias sociais, veiculações na mídia, e representações perante a sociedade em geral, que tratem especificamente a respeito de relações Porto-Cidade e desenvolvimento social, cultural, ambiental ou econômico.

Posto em operação no 2º trimestre, passou por ajustes de metodologia nas primeiras medições. Dessa forma, os dados devem ser levados em consideração apenas a partir do 3º trimestre, que registrou 241 pontos ("capital social estável"). No 4º trimestre, atingiu 1360 pontos, alcançando a melhor classificação: "comportamento excepcional". Este resultado foi diretamente influenciado pelo grande aumento de veiculações midiáticas de caráter positivo sobre o assunto, que mencionam a Autoridade Portuária: de 14 para 83.





6.7. Governança Corporativa

Na busca permanente pela melhoria e efetividade do seu sistema de governança, a SPA realizou em 2020 diversas ações que resultaram no enriquecimento e consolidação da cultura de governança, riscos e integridade da Companhia, para além da mera conformidade legal aos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16.

Reforma Integral do Estatuto Social

Em 2020, a SPA promoveu a reforma integral do Estatuto Social em alinhamento ao novo estatuto padrão da Secretaria de Coordenação e Governança nas Empresas Estatais (Sest), que objetivou convergir as diretrizes recomendadas pela OCDE. Outras alterações específicas foram realizadas no Estatuto visando ajustar as competências dos órgãos estatutários da SPA à consecução do seu objeto social, bem como aprimorar os dispositivos referentes às unidades organizacionais que compõem o sistema de governança, órgãos de governança, seus funcionamentos, atribuições, requisitos e vedações de seus membros, em alinhamento com a legislação aplicável, em especial à Lei nº 13.303/16 e à Lei nº 6.404/76.

Políticas e Regimentos

- Criação da Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores, que possui como objetivo o estabelecimento e a consolidação dos princípios e diretrizes que norteiam o processo decisório dos administradores da Companhia, com a definição clara dos critérios e limites de valores de alçada a serem observados nos processos de tomada de decisão no âmbito SPA;
- Criação da Política de Gestão de Pessoas, com vistas a nortear as relações de trabalho, dando sustentação às estratégias empresariais de forma dinâmica e duradoura e com o objetivo de assegurar a disponibilidade de pessoas qualificadas, saudáveis, seguras, integradas que agreguem conhecimento e que sejam engajadas para o crescimento contínuo da SPA.
- Criação da Política de Porta-Vozes que visa a eliminar o risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da SPA.
- Revisão da Política de Transação com Partes Relacionadas em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, além de possuir como fundamento normativo o Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Aprovação do Regimento Interno da Diretoria Executiva, com o objetivo de disciplinar a constituição, organização, funcionamento e o relacionamento entre esse colegiado e os demais órgãos estatutários.
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos, Regimento Interno da Auditoria Interna e do Regimento Interno do Conselho de Administração.





Criação do Canal de Denúncias do Comitê de Auditoria Estatutário

O Canal de Denúncias do Comitê de Auditoria Estatutário é destinado a acolher informações relacionadas exclusivamente a:

- Indícios de fraude, suspeita de corrupção ou desvio de conduta ética;
- Descumprimento de legislação, regulamentos e códigos internos;
- Inobservância de controles internos ou irregularidade de natureza contábil; e
- Atuação das auditorias interna e externa.

Capital social composto exclusivamente por ações ordinárias com direto a voto

Desde dezembro de 2020, o capital social da SPA é composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto. A Assembleia Geral realizada em 11/12/2020 deliberou pela conversão da totalidade das ações preferenciais da SPA em ações ordinárias. O capital social composto exclusivamente por ações ordinárias com direto a voto reflete a adoção das melhores práticas de governança corporativa, atendendo ao princípio de "uma ação, um voto".

7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Estrutura de governança da SPA estabelece a forma como são conduzidas as ações de gestão, e como os diversos atores da Governança Pública se organizam e relacionam, a fim de promover o desenvolvimento de políticas públicas que garantam os resultados desejados aos cidadãos e demais partes relacionadas (mercado e terceiro setor).

A SPA segue procedimentos de governança compatíveis com as normas do mercado em que a Companhia atua, de modo a garantir o pleno atendimento aos requisitos da Lei nº 13.303/16. Deste modo, a Companhia visa reforçar sua credibilidade no mercado e aprimorar o relacionamento com os públicos de interesse: acionistas, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros.

A estrutura de governança e gestão da Autoridade Portuária de Santos tem como objetivos aumentar a transparência das atividades, adequar a filosofia de gestão à visão do plano estratégico, aperfeiçoar o mecanismo de responsabilização dos gestores, reforçar o compromisso com a conformidade e intensificar a geração de valor para os acionistas.

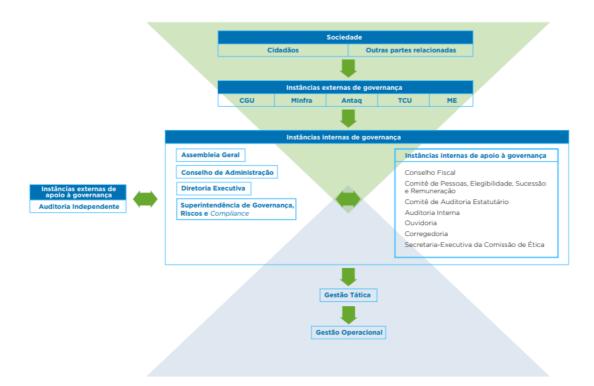
De acordo com o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), as instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. As instâncias externas de apoio à governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.





As instâncias internas de governança são responsáveis pelo direcionamento, monitoramento e avaliação da atuação da gestão da SPA. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público. Já as instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

A estrutura de governança corporativa da SPA é constituída pela Assembleia Geral, pelos Conselhos de Administração (Consad) e Fiscal (Confis), pela Diretoria Executiva (Direxe), pela Auditoria Interna, pela área de Conformidade e Gestão de Riscos, pela Ouvidoria, Corregedoria, Secretaria-Executiva da Comissão de Ética e pelos Comitês estatutários de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.



Atuação dos órgãos estatutários em 2020:

Órgão	Atuação
Assembleia Geral dos Acionistas	3 assembleias realizadas / 3 atas emitidas.
Conselho Fiscal	16 reuniões e atas / 109 súmulas / 04 cartas
Conselho de Administração	33 reuniões e atas / 109 deliberações / 32 súmulas /
	05 cartas.
Diretoria Executiva	116 reuniões e atas / 548 decisões.





Comitê de Auditoria Estatutário	31 reuniões e atas / 26 súmulas / 13 manifestações
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	12 reuniões e atas.

7.1. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos segue o estabelecido no Regimento Interno da Companhia e na Política de Gerenciamento de Riscos vigente, que foi revisada e aprovada na 611ª reunião do Conselho de Administração da SPA, através da deliberação nº 24.2021, de 18 de março de 2021. Esta política estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão dos riscos que possam afetar os processos e objetivos da SPA.

A Companhia organiza suas atividades de gestão de riscos de acordo com o modelo das três linhas de defesa.



Fonte: Modelo das três linhas do IIA 2020.

A 1º linha de Defesa é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.





A 2º linha de Defesa está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Governança, Compliance, Riscos e Controles Internos e Secretaria de Governança Corporativa. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A 3º linha de defesa é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é de avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, realizando de forma independente a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da SPA e recomendando melhorias quando necessário.

Além das três linhas de defesa, compõem o ambiente de controle e governança da SPA os seguintes documentos:

- Estatuto social vigente;
- Regimento interno da SPA;
- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Códigos de Ética, Conduta e Integridade;
- Regulamento interno de pessoal;
- Plano de Dispêndios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

Ouvidoria

Vinculada diretamente ao Conselho de Administração, a Ouvidoria da SPA é o canal de comunicação entre a SPA e a sociedade, sendo um instrumento de controle social, atuando no atendimento ao usuário a respeito da prestação de serviços oferecidos pela Companhia.

Como unidade responsável pelo recebimento, cadastro e análise de pedidos de informações, denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões e propostas, a Ouvidoria faz parte do Sistema de Integridade da SPA. Auxilia na prevenção, na detecção, na transparência e na resolução de possíveis irregularidades apontadas na execução dos programas, ações ou acordos firmados, bem como na prática de infrações e desvios de conduta de seus empregados.





Por meio da Ouvidoria, interlocutora na interação com a sociedade, a SPA possui diversos canais de atendimento disponíveis, podendo o cidadão expor sua manifestação na plataforma Fala.Br, por carta, correio eletrônico, telefone e, até mesmo, de forma presencial. As manifestações recebidas são tratadas com absoluta transparência e impessoalidade, além de registradas e analisadas de forma criteriosa, contribuindo para uma gestão responsável e eficiente. As denúncias e comunicações de irregularidade (denúncia anônima) são encaminhadas às áreas competentes para análise e manifestação, sendo acompanhadas, mensalmente, pelo Conselho de Administração. Em casos de envolvimento de empregado de cargos comissionados, a partir do nível de Gerente, o assunto é encaminhado para a Ouvidoria Geral da União, conforme artigo 20, da Portaria CGU nº 581/21.

8. MAPEAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A fim de direcionar o mapeamento de riscos na SPA e propor um escopo de trabalho assertivo, em 2020 foi realizada uma priorização dos processos da Companhia com base no estudo da materialidade levando em consideração critérios quantitativos como a relevância de cada processo nas demonstrações financeiras e critérios qualitativos como a exposição de cada processo aos seguintes riscos:

- **Operacional:** Eventos que podem comprometer as atividades da SPA, normalmente associados à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.
- Financeiros / Orçamentários: Eventos que podem comprometer a capacidade da SPA de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.
- Imagem / Reputação: Eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade da SPA em cumprir sua missão institucional.
- **Legais:** Eventos derivados de alterações ou descumprimento de legislações ou normativas que podem comprometer as atividades da SPA.

Com a priorização definida, os trabalhos de mapeamento foram realizados na ordem estipulada. Nesse primeiro momento, foi realizado o mapeamento dos riscos de processo em conjunto com as unidades da primeira linha de defesa, e em um passo futuro, será realizado o mapeamento dos riscos corporativos e seus respectivos fatores.





9. REMUNERAÇÃO

A remuneração e demais benefícios dos membros estatutários da Companhia são fixados anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, conforme estabelecido no Estatuto Social da SPA.

Os valores da remuneração são definidos dentro das bases legais e acompanham o equilíbrio interno, desempenho da empresa e dos diretores, individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia.

A Companhia adota o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), regido pela Lei nº 6.404/76 (Sociedades por Ações) e o Honorário Variável Mensal (HVM), parcela variável do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, sendo as metas do HVM estabelecidas trimestralmente pela SNPTA/MInfra e aprovadas pelo Conselho de Administração e o Programa RVA aprovado pelo Ministério da Infraestrutura e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo de 2020 apesar de um cenário adverso provocado pela pandemia da covid-19, a SPA aprimorou sua estratégia visando melhor atender as políticas públicas definidas pelo ministério supervisor e as diretrizes governamentais e regulatórias. A Companhia envidou inúmeros esforços em prol de melhorias organizacionais, com o propósito de aperfeiçoar o modelo de gestão e os mecanismos de governança corporativa, na busca incessante pela utilização eficiente dos recursos públicos.

As aprovações da nova poligonal e do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ) em 2020 são marcos históricos, que lançam as bases do porto do futuro, primando por uma lógica de otimização na ocupação das áreas que permite ganhos de escala e favorece sobremodo a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Em 2020 nasceu, oficialmente, a Autoridade Portuária de Santos S.A., em substituição à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Com isso, foram concluídas as ações de reposicionamento da marca, iniciadas com a adoção do nome Santos Port Authority, de modo a facilitar a necessária interlocução internacional e comunicar a mudança de missão, visão e valores realizada em 2019, em que a ética, a cultura de integridade e a transparência tornaram-se os pilares da atuação da Companhia.





GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de "carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração".

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A SPA é uma empresa pública que tem por objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo Ministério da Infraestrutura, ao qual se vincula.

As principais atividades desenvolvidas pela SPA estão expressas em sua missão:

Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

A Autoridade Portuária de Santos tem a competência de arrecadar, no Porto de Santos, os valores definidos na Tarifa Portuária. As tarifas cobradas pela Companhia destinam-se a permitir a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

As tarifas portuárias são organizadas em um conjunto de tabelas correspondentes a cada um dos tipos de serviços prestados pela SPA no atendimento ao navio, operador portuário ou dono de mercadorias (importadores e exportadores):

- Tabela I Utilização da Infraestrutura Portuária: Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e do berço de atracação;
- Tabela II Utilização da Infraestrutura Terrestre: Utilização da infraestrutura terrestre durante as operações e as despesas equivalentes ao "condomínio", e outros;
- Tabela V Serviços Gerais: Fornecimento de água e de energia elétrica, e outros serviços.





2 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A Superintendência de Governança, Riscos e Compliance (Sugov) tem suas atribuições previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno da SPA. A Sugov está vinculada ao Presidente, mas pode se reportar diretamente ao Conselho de Administração caso haja suspeição do Diretor-Presidente, ou quando este deixar de cumprir suas obrigações.

A Sugov tem como competência zelar para que SPA mantenha sua estrutura, processos e sistemas em conformidade com todas às exigências legais e regulatórias aplicáveis à Companhia, e alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

Em 2020, as áreas de *Compliance* e de Riscos e Controles Internos da SPA passaram por transformações. O setor de *Compliance* Corretivo foi transferido para Gerência de Corregedoria, criada em junho. Outra mudança ocorrida foi a junção da Gerência de Riscos e Controles Internos com a Gerência de *Compliance*, como resultado, a Gecop atualmente é composta por dois setores: Setor de Riscos e Controles Internos e o Setor de *Compliance*.

Compliance

A Gerência de *Compliance* desenvolveu e disseminou a Cultura de Integridade da SPA. As atividades realizadas tiveram como objetivo impedir a ocorrência de não conformidades e desvios éticos, além de garantir a aderência da empresa às leis, normas e regulamentos aplicáveis a sua área de atuação.

Sob a perspectiva preventiva, o *Compliance* realiza as seguintes atividades:

- Analisar a conformidade nos processos de contratação previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos a serem encaminhados às Reuniões da Diretoria Executiva;
- Atuar e dar suporte para que os processos da SPA estejam em conformidade com leis, normas e regulamentos vigentes; e
- Avaliar e acompanhar as atualizações normativas e tendências de mercado, dentro da área de atuação do Compliance, e que possam impactar nas atividades da empresa.

Durante o ano 2020, as atribuições desta perspectiva, estão materializadas a partir dos seguintes marcos:

- Checagem dos processos de contratações encaminhados para deliberação da Diretoria Executiva. É realizada uma verificação quanto a presença ou ausência dos atos e documentos necessários a instrução dos processos de contratações, onde o Regulamento Interno de Compras e Licitações é o principal documental norteador dessa avaliação. Em 2020 foram atingidos os seguintes resultados:
 - 275 análises de conformidade documental realizadas;





- o 99,86% das contratações da SPA foram analisadas pelo *Compliance*.
- Checagem da integridade dos indicados ao preenchimento de cargos comissionados e funções de confiança, visando coibir a nomeação de gestores inidôneos, conflitos de interesse e nepotismo. Essa atividade é realizada pelo Compliance previamente ao processo de nomeação. Em 2020 foram obtidos os seguintes resultados:
 - 85 análises de integridade realizadas;
 - o 100% das nomeações ocorridas no ano foram analisadas pelo *Compliance*.

Corregedoria

Em junho de 2020 foi criada a Gerência de Corregedoria da SPA, observados os requisitos do Decreto n°5.480/05. Vinculada ao Presidente, podendo se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações específicas, sua criação teve como principais objetivos garantir o deslinde das apurações disciplinares e implementar a Lei nº 12.843/13 na empresa, promovendo a responsabilização pelos atos lesivos praticados pelas pessoas jurídicas identificadas.

Principais resultados de 2020:

	2019	2020
Instauração de processo disciplinar	45	39
Instauração de processos contra pessoas jurídicas	0	7
Celebração de TAC	0	17
Total de instaurações/acordos	45	63
Conclusão de processos	23	65
Estoque de apuratórios em curso ao fim do ano	80	61
Total de sanções aplicadas	4	7

Decorrências da Operação Círculo Vicioso

7 PAD* concluídos e 1 em curso	3 PAR** instaurados em face de empresas	1 Demissão 2 suspensões 1 advertência
-----------------------------------	---	---

^{*} O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é o formato estabelecido para apurar eventuais irregularidades cometidas por Servidores Públicos.

^{**}O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) é o formato estabelecido pela 12.846/13 (Lei Anticorrupção), a ser observado pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas.





Riscos e Controles Internos

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos vem seguindo o estabelecido no Regimento Interno da Companhia e na Política de Gerenciamento de Riscos vigente, que foi revisada e aprovada na 611ª reunião do conselho de administração da SPA, através da deliberação nº 24.2021, de 18 de março de 2021.

A gestão de riscos e controles internos na SPA tem como objetivos:

- Dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade da Companhia, contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos da SPA e a redução dos riscos a níveis aceitáveis;
- Contribuir para a melhoria da eficiência, da eficácia e da efetividade operacional, mediante a implantação das ferramentas de gestão de riscos e atividades de controles internos no âmbito de toda a organização, incluindo todos os processos e observando os princípios de economicidade, ética, eficiência, eficácia e efetividade;
- Agregar valor à Companhia ao assegurar que as informações produzidas sejam íntegras, tempestivas e confiáveis propiciando a melhoria dos processos de tomada de decisão, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas, de forma que tais informações sejam suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a SPA, inclusive para determinar questões relativas à delegação, e sirvam de suporte para o tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes da sua materialização;
- Assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria Companhia; e
- Salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE O DESEMPENHO E ATENDIMENTO DAS METAS E RESULTADOS

De forma complementar às análises financeiras realizadas no item 6.2 do Capítulo de Políticas Públicas, ao longo de 2020 as ações da SPA foram pautadas nos 3 eixos estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico da Companhia.

As principais realizações de 2020, iniciativas estratégicas, resultados dos indicadores e desafios para o próximo exercício foram detalhados no Relatório Anual 2020.





Em adição, a análise requerida pela Lei nº13.303/16, art. 23, § 2º, que determina que o Conselho de Administração deve "promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões", foi divulgada pela Companhia por meio do relatório Conclusões Consad do Plano de Negócios 2020 e Estratégia de Longo Prazo.

Esses documentos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

A Companhia adota a prática de remuneração variável de forma a promover os objetivos, metas e resultados a serem atingidos definidos pela SNPTA/MInfra e Conselho de Administração. No ano, a Diretoria Executiva envidou esforços na consecução dos objetivos definidos, o que resultou na média anual de 99,6% no cumprimento das metas de gestão de 2020.

No decorrer de 2020, a SPA tendo por base propósitos inovadores e as melhores práticas de governança e transparência, com foco em aumentar a eficiência e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente e lucrativa, impulsionou medidas indispensáveis para preparar a empresa para a máxima geração de valor no processo de desestatização.

4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2020 a SPA conduziu ações de melhoria com o propósito de adequar o seu sistema de governança aos requisitos de transparência obrigatórios para as empresas estatais, os quais são determinados pelo arcabouço normativo formado pela Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Paralelamente, a SPA adota como referência as melhores práticas de governança corporativa disseminadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pela B3 (segmento do Novo Mercado) e pelas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de aumentar e melhorar o nível de maturidade e eficácia em seus processos de governança.

O Sistema de Integridade da Companhia é uma forte ferramenta de Governança, alinhada à estratégia organizacional, que reúne o conjunto de agentes, mecanismos e procedimentos internos adotados para a prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes, com o objetivo de garantir a integridade do processo de tomada de decisões e da prática de atos de gestão, pautando a conduta dos dirigentes, empregados, e *stakeholders* da Companhia.

O Sistema de Integridade da SPA, composto pela Ouvidoria, Comissão de Ética, *Compliance*, Auditoria Interna e Corregedoria, reforça o compromisso da empresa em consolidar a cultura de integridade, transparência e ética no ambiente corporativo e na forma como a empresa realiza seu negócio.

No âmbito do Mapa Estratégico, no eixo Intracorporação, a SPA deu continuidade às ações voltadas a desenvolver cultura de Governança, Integridade e Transparência. Em





2020 foi realizada a 2ª Edição da Semana de Integridade, cujo evento buscou difundir e desenvolver os valores de integridade e ética, para que sejam mais que um conjunto de regras, mas que possam influir no comportamento das pessoas.

Devido à situação de pandemia, foram realizadas 7 *lives* abertas à comunidade portuária e sociedade em geral, além de outras 22 ações voltadas ao público interno, que somaram mais de 950 alunos, e 1.200 horas de capacitação. Foram realizadas 27 palestras que tiveram duração de 1 hora cada e abordaram o tema integridade sobre diferentes aspectos.

Ao longo de 2020, a SPA promoveu a reforma integral do seu Estatuto Social em alinhamento ao Estatuto padrão da Sest, e elaborou novos documentos de governança como a Política de Gestão de Pessoas, Política de Porta-Vozes, Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores, Regimento Interno da Diretoria Executiva.

Resumo das principais práticas:

- Conselho de Administração e Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos no Estatuto Social da SPA;
- Existência de uma Política de Divulgação de Informações Relevantes;
- Existência de uma Política para Transações com Partes Relacionadas;
- Existência de uma Política de Dividendos;
- Existência de uma Política de Gerenciamento de Riscos;
- Existência de uma Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Existência de uma Política de Gestão de Pessoas;
- Existência de uma Política de Porta-Vozes;
- Existência de um Código de Conduta e Integridade;
- Existência de um Código de Ética;
- Existência de um Sistema de Integridade;
- Administradores e Conselheiros fiscais sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16;
- Existência do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Existência do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Existência do Relatório anual previsto na Lei nº 6.404/76;
- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal,
 Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva;
- Publicação das demonstrações financeiras;
- Auditoria Interna e Ouvidoria vinculada ao Conselho de Administração.

Os documentos de governança corporativa estão disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.





5 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Conforme estabelecido no Estatuto Social da SPA, a remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

As informações quanto a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.





MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2020, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/06/16.

Em 13 de maio de 2021.

Fabio Lavor Teixeira

Presidente do Conselho de Administração Fabio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho

Conselheiro de Administração

Charles Laganá Putz

Conselheiro de Administração

Sidney Antonio Verde

Conselheiro de Administração

